Mayna Mendes Paiva

A EDUCAÇÃO FÍSICA E O BRINCAR NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS PEQUENAS: BUSCANDO APROXIMAÇÕES COM POLÍTICAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO QUE INCLUEM O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM SEUS PROJETOS PEDAGÓGICOS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Mayna Mendes Paiva

A EDUCAÇÃO FÍSICA E O BRINCAR NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS PEQUENAS: BUSCANDO APROXIMAÇÕES COM POLÍTICAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO QUE INCLUEM O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM SEUS PROJETOS PEDAGÓGICOS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em educação Física da Escola De Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. José Alfredo Oliveira Debortoli



Agradecimento

Agradeço a Deus, que com todo seu amor e cuidado me trouxe até aqui. Seu amor não falha!

Aos meus pais, Rogério e Cida, por me amarem e acreditarem em mim. O amor de vocês me leva além. Amo Vocês.

Ao meu irmão Guto, por estar sempre do meu lado, e por todas as vezes que ele abaixou o som da TV para não me atrapalhar. Você sempre será meu chato preferido.

Ao professor e orientador Zé Alfredo por todo o tempo e paciência dedicados a esse trabalho. Muito Obrigada por acreditar que eu daria conta.

Ao professor Tata que me motiva sempre a ser uma ótima professora e amar a docência. Meu carinho por você é gigante!

À Nina que esteve do meu lado desde o início. Você é um presente pra minha vida.

À Lola que chegou pra me mostrar um mundo mais colorido. Migs, você simplifica minha vida. Ainda bem que a gente tem a gente!

À Pri Mel que me mostra sempre o lado divertido da vida. Que bom que eu tenho você.

À Bárbara por estar sempre do meu lado, sempre. Obrigada pelo seu carinho.

Aos meus queridos Picaretas Babizinha, Buda, Di da Bahia, Gui, Lola, Nathy, Nepo, Nina, Pri Mel, Puccini e Yazinha a presença de vocês fez toda a diferença. Vocês tem um lugar guardado no meu coração!

Às minhas companheiras de licenciatura Juju, Kelly, Lola e Nathy, formamos uma ótima equipe. Foi um prazer dividir a caminhada com vocês!

Ao Gugu por me ensinar sobre a arte da construção coletiva, e por estar sempre disposto a me ajudar. Kilmes!

À Cacá por ser um exemplo de professora, por compartilhar seu conhecimento e por ser tão gracinha.

A todas as pessoas que fizeram parte dessa história, meu MUITO obrigada! VENCEMOS!

RESUMO

Este trabalho apresenta uma aproximação e um diálogo com uma história recente de conquista do direito à Educação Infantil como dimensão da Educação Básica e seus desdobramentos na prática de ensino de Educação Física. São apontadas as razões pelas quais a Educação Infantil é inserida na legislação como primeira etapa da educação básica e porque a Educação Física faz parte de seus conteúdos. Recorrendo a estudos da psicologia histórico-cultural de L.S Vygotsky e suas relações com a Educação Infantil e a Educação Física discute-se o papel do brincar na educação da criança pequena. A partir dos Projetos Pedagógicos dos municípios de Florianópolis/SC e Vitória/ES que incluem a presença do licenciado em Educação Física, propõe-se discutir sentidos em que essa área de conhecimento vem se constituindo na Educação Infantil. Para desenvolver esse trabalho foi realizado um estudo teórico relacionando a legislação atual para a Educação Básica, a Educação Infantil e a produção recente da Educação Física Escolar. Assim como, os projetos políticos pedagógicos dos municípios de Florianópolis/SC e Vitória/ES e de estudiosos que tratam do desenvolvimento humano. Com isso, esse trabalho tem o objetivo de apontar as políticas públicas para a Educação Infantil, e a legislação que garante a inserção da Educação Física nessa fase do ensino básico, problematizando como a Educação Física tem se apropriado desse direito, utilizando seus conteúdos, principalmente o Brincar, na primeira etapa da educação básica. Após estudar as propostas de ensino para a Educação Infantil de Florianópolis/SC e Vitória/ES, concluímos que essas contemplam os referenciais teóricos da área da Educação Física, Educação Infantil e do desenvolvimento humano. Reforçando também a importância do ensino não fragmentado do conhecimento, tratando a criança como um ser completo e indivisível.

Palavras-chave: Educação Física, Educação Infantil, Brincar

SUMÁRIO

Introdução
Capítulo 1 - Educação Infantil
1.1 Introdução
1.2 Contexto da criação das leis para a Educação Infantil
1.3 A Constituição de 1988 e seus desdobramentos para a educação Infantil
1.4 A legislação e as práticas pedagógicas
Capítulo 2- Educação Física na Educação Infantil
2.1 Introdução
2.2 As leis que garantem a Educação Física escolar
2.3 O papel da Educação Física na Educação Infantil
2.4 A prática da Educação Física – O Brincar
Capítulo 3 - Propostas de Ensino na Educação Infantil
3.1 Introdução
3.1 Município de Florianópolis/SC
3.2 Município de Vitória/ES
Considerações finais
Referências

Introdução

A infância constitui um dos estágios mais importantes da vida, por caracterizar o início da formação de um indivíduo que irá atuar, transforma e ser transformado pela sociedade. No entanto, a concepção da criança como um sujeito completo e de direitos, configurou-se recentemente. A partir da Revolução Industrial, as mulheres passam a se inserir no mercado de trabalho, e com isso surgem os primeiros estabelecimentos para a educação das crianças pequenas. Essas instituições se referiam apenas à alimentação, a higiene pessoal e a segurança física, abstendo-se, então, das responsabilidades para com a educação e formação do indivíduo. Após um processo de valorização da infância e da criança como um ser dotado de conhecimentos e de uma cultura própria, abandona-se a concepção assistencialista do ensino infantil. Com a promulgação da LDBEN (1996) a Educação Infantil é inserida na primeira etapa da educação básica, configurando assim que a criança pequena tem direito a uma formação que atenda os aspectos cognitivos, sociais, afetivos e culturais.

A escola está entre as primeiras instituições que a criança pequena irá freqüentar no inicio de sua formação social e cultural, e com isso surge à necessidade que esse seja um lugar que acolha esse pequeno indivíduo, e oportunize a ele o conhecimento necessário para uma vida em sociedade de forma crítica e participativa. Dessa forma, é necessário entender qual a importância da instituição escolar na formação da criança de zero a seis anos. Recorrendo a Vygotsky (1996) a criança é um ser indivisível e com isso sua formação deve abranger todas as áreas do conhecimento de forma integrada, inseridas em um mesmo Projeto Pedagógico. A Educação Física, apresenta-se então, como um conteúdo necessário a formação integral da criança, por abordar em seus conhecimentos específicos as diversas formas de linguagem corporal necessárias ao desenvolvimento infantil.

Dentre essas formas de linguagem destacamos o Brincar, que esta inserido na chamada cultura corporal de movimento (BRACHT, 1997) e segundo autores como Vygotsky e Wallon é um instrumento fundamental na formação e desenvolvimento da criança. A Educação Física, que tem a brincadeira como uma de suas especificidades, passa a fazer parte dos conteúdos obrigatórios da Educação Infantil, assumindo seu papel na formação integral da criança pequena.

Este trabalho aborda as políticas públicas para a Educação Infantil, e a legislação que garante a inserção da Educação Física nessa fase do ensino básico, discutindo como a Educação Física tem se apropriado desse direito, utilizando seus conteúdos e especificidades, na primeira etapa da educação básica, destacando o papel do Brincar. Dessa forma, para desenvolver esse texto foi realizado um estudo teórico relacionando a legislação atual para a Educação Básica, a Educação Infantil e a produção recente da Educação Física Escolar. Assim como, os projetos políticos pedagógicos dos municípios de Florianópolis/SC e Vitória/ES e de estudiosos que tratam do desenvolvimento humano.

Nesse sentido, o primeiro capítulo desse trabalho, busca entender, quando a criança passa a ocupar seu lugar de direitos na sociedade e como as políticas públicas e instituição escolar passam a agregar esses pequenos em seus espaços.

No segundo capítulo, surge a temática da Educação Física na Educação Infantil, que tem sido alvo de discussões por diversos autores, que buscam legitimar essa área de ensino na primeira etapa da Educação Básica no Brasil. Segundo Souza e Vago (1997) a inserção da Educação Física na Educação Infantil é um grande avanço para a área. No entanto, é preciso que haja também, uma garantia nas condições de concretização desse direito. Nessa perspectiva de direitos, Eliana Ayoub (2001) aponta para a necessidade de tratarmos a criança pequena como um sujeito histórico e de direitos, produtor de uma cultura própria.

Ainda no capítulo segundo, apontamos o brincar como uma forma primordial de ensino na educação infantil. Destacamos que este está inserido em uma cultura infantil, que refere-se a tudo que é próprio da criança. Segundo Vygotsky, o brincar é uma importante fonte de desenvolvimento durante a infância, pois "a brincadeira constitui o recurso privilegiado de desenvolvimento da criança em idade pré-escolar. Nela, afeto, motricidade, linguagem e percepção, representação, memória e outras funções cognitivas são aspectos profundamente interligados" (OLIVEIRA,1996). Deborah Sayão (1999) também aponta para a importância do brincar nas aulas de Educação Física na Educação Infantil. A autora explicita que a brincadeira não deve ser usada apenas como um meio para o ensino da criança pequena, pois ela é "concebida como eixo principal do trabalho pedagógico e como característica das crianças pequenas e perpassa todos os momentos do ensino" (SAYÃO, 2001).

Além disso, a autora assinala para o cuidado que deve ser tomado para que não haja uma compartimentalização do ensino na educação infantil. Sayão (1999) aponta que o professor de Educação Física na Educação Infantil só se justifica se este tiver sua prática de ensino interligada às demais áreas do conhecimento ali envolvidas.

Para finalizar, o capítulo terceiro busca nas propostas de ensino para a educação Infantil, nos municípios de Florianópolis/SC e Vitória/SC, qual o papel o licenciado em Educação Física tem exercido nas instituições de ensino das respectivas cidades. Da mesma forma, procuramos entender quais são as especificidades da atuação desse profissional nessa fase do ensino, baseado nos estudos que vem sendo produzidos que se referem à área da Educação Física e da Educação Infantil.

1 Educação Infantil

1.1 Introdução

"[...] as crianças são seres históricos que se constituem nas relações sociais e a dimensão sócio-histórica dos conhecimentos precisa ser considerada nas práticas educativas." (AYOUB, 2005)

Para compreender o papel da Educação Física na Educação Infantil é necessária uma compreensão sobre qual o lugar que a Educação Infantil ocupa na sociedade em que vivemos, assim como compreender qual o espaço a Educação Física ocupa na educação da criança pequena. Dessa forma, procuramos levantar o contexto histórico da criação das leis que regem a Educação Infantil no Brasil e como essas leis inserem e abordam a Educação Física na primeira etapa da educação básica.

1.2 Contexto da criação das leis para a Educação Infantil

A configuração da criança como um ser diferenciado na sociedade, é processo de uma construção histórica que passa a considerar que as crianças são afetivas e cognitivamente diferentes dos adultos. Assim, inicia-se a percepção de que a infância possui especificidades e que a criança ocupa um espaço na sociedade adulta como produtora de uma cultura própria.

Em 1960 surgem os estudos de Ariés, pioneiro no trabalho que envolve uma nova visão sobre a infância, apresentando uma forma específica de ver e reconhecer a criança como ser diferenciado do adulto. Tal lugar de destaque que passa a ser ocupado pela infância na sociedade determina a construção de saberes sobre essa fase da vida. Maria Cristina Soares Gouvêa (2002) aponta que "a construção da ideia da especificidade da infância é diretamente relacionada à constituição da escola moderna". A Escola Moderna foi idealizada por Francisco Ferrer e fundada em 1901 com o objetivo de proporcionar o ensino e a aprendizagem às crianças da classe trabalhadora, que eram privadas de um processo de escolarização, tido como um privilégio para as classes sociais mais altas. Para dar impulso a este movimento reformador foi criado em 1906 a Liga Internacional para a Instrução Racional da Infância, que estabelecia em um de seus princípios que os programas e os métodos de ensino na primeira infância

estivessem fortemente adaptados a psicologia da criança, o que não era comum nas escolas tradicionais.

No Brasil, segundo Faria Filho (2004) a escolarização, nos parâmetros legais, inicia-se no período Imperial com a Lei de 15 de Novembro de 1827 que trata sobre a educação primaria e a aponta para a necessidade de implantação das escolas de "primeiras letras". A referida lei determinava em seu artigo 1º que "em todas as cidades, vilas e lugares populosos haverá escolas de primeiras letras que forem necessárias". O Império estabelecia que cada província seria responsável por seu serviço educacional. No entanto, para muitos, o serviço de instrução era demasiadamente dispendioso o que levava as províncias a destinarem recursos muito aquém às necessidades reais. Porém, mesmo com a fragilidade do sistema de instrução, "em várias províncias do Império existiam redes de escolas públicas, privadas e domésticas" (FILHO, 2004).

Com o crescimento da percepção de que a instituição escolar era importante, não só para a instrução formal, mas para a formação se agentes sociais, o termo "escola de primeiras letras" foi sendo substituído por "instrução elementar". Apesar de permanecer muito inferior ao ensino oferecido as classes sociais mais elevadas, a chamada "instrução elementar" passa a agregar outros conhecimentos e valores ao "ler, escrever e contar", sobretudo as crianças. Faria Filho (2004) afirma:

A partir dos anos 60 do século XIX, em diversas províncias, como resultado dos debates e do aparecimento de uma ainda frágil tradição de busca de estabelecimento de um mínimo de organicidade e articulação entre os poderes instituídos, é que vai adquirindo consistência a idéia da necessidade de uma "instrução" ou "educação primária" que estivesse ordenada de acordo com os preceitos estabelecidos por leis gerais. Estas deveriam estar de acordo com as "modernas" formas de pensar o fenômeno educativo e na medida do possível, articulado à "instrução secundária".

Assim, surge a necessidade de reformular todos os níveis de escolarização vigentes, considerando "a crença no progresso da nação pelo progresso das letras", dando um caráter moderno e nacional ao ensino nas escolas.

A educação da criança pequena passa a ocupar um lugar importante na formação dos cidadãos nacionais, com isso surgem diversas leis para garantir o direito à instrução primária.

No decorrer do processo de construção das leis referentes ao período da infância de zero a seis anos, as determinações legais tratam da criança pequena sob a "figura do Amparo e da Assistência, não sob a figura do Direito" (CURY, 1998).

O processo de criação da chamada, atualmente, Educação Infantil emerge como um direito, que surge do encontro da produção teórica dos intelectuais e dos movimentos sociais.

Os intelectuais vinham discutindo a infância em todos os seus aspectos, baseados nas produções de autores como Vygotsky e Wallon e nas várias áreas do conhecimento como a Psicologia, a Pedagogia, a Medicina, a Sociologia, a Antropologia, dentre outras, que tratam das especificidades da criança, do seu desenvolvimento cognitivo, afetivo e social.

Já os movimentos sociais, oriundos dos direitos da mulher de trabalhar fora de casa, e do direito da criança ao conhecimento desde a primeira infância tratavam de inflamar o governo para uma política que atendesse a criança, não só na perspectiva do cuidado e nem só oferecendo a escolarização, mas fazendo uso do cuidar/educar.

1.3 A Constituição de 1988 e seus desdobramentos para a educação Infantil

Segundo Cury (1998), anteriormente a Constituição de 1988 a criança pequena aparecia nas leis sob a perspectiva do Amparo e da Assistência, e não como um Sujeito de Direitos, portanto não se via a necessidade de leis específicas para a educação das crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos. Somente com as Leis de Diretrizes e Bases de 1961 (4024/61) o atendimento à criança pequena no campo da educação aparece, em dois de seus artigos

Art. 23. A educação pré-primária destina-se aos menores de sete anos, e será ministrada em escolas maternais ou em jardins de infância.

Art. 24. As empresas que tenham a seus serviço mães de menores de sete anos serão estimuladas a organizar e manter, por iniciativa própria ou cooperação com os poderes públicos, instituições de educação pré-primária.

A referida Lei incorpora a educação da criança pequena ao Grau Primário de escolarização, porém ainda fica explícito o papel assistencialista que envolve as políticas para a criança pequena, dessa forma nota-se que as noções de "direito" e responsabilidade" ainda não aparecem na LDB (4024/61). O intitulado Grau Primário

apresenta uma diferenciação entre Educação pré-escolar e Educação Primária. Com isso, pela primeira vez destina-se a Educação pré-escolar às crianças menores de sete anos, que deveriam ser atendidas em creches e jardins de infância.

A Lei n. 4024/61 passa a exigir que para essa educação o professor tivesse cursado o ensino normal. A Lei 5692/71 reforça as determinações da Lei 4024/61 e estabelece que o primeiro grau passe a corresponder ao ensino primário e o segundo grau ao ensino médio.

Somente com a Constituição de 1988 surge um novo cenário para a Educação Infantil, que passa a ter um foco de Direito, pois

esta Constituição incorporou a si algo que estava presente no movimento da sociedade e que adivinha do esclarecimento e da importância que já se atribuía a Educação Infantil (CURY, 1998)

Segundo Cury a Constituição de 88, não só incorporou uma demanda da sociedade, mas passou a tratar da Educação Infantil sob a figura de Direito e não sob a figura de Amparo ou Assistência, e instituiu o Dever do Estado para com essa etapa da escolarização.

A Constituição de 1988 origina um novo ordenamento jurídico para a infância de zero a seis anos afirmando os direitos da criança, no artigo 227 é definido de forma abrangente tais direitos:

É dever da Família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-las a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A criança passa, então, a ocupar um lugar de destaque na legislação brasileira, e após a Constituição de 88 são elaboradas outras leis que dizem respeito à infância, dentre elas o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A Lei n. 8069/90 trata da proteção integral à criança e ao adolescente, como é determinado em seu art. 1°. O ECA, "[...] traz em si uma concepção da criança cidadã, o que significa entender que todas são sujeitos de direitos, merecem proteção integral, porque se encontram em condições especiais de desenvolvimento" (MULLER,

2002, p. 6). Assim, a referida Lei estabelece aspectos fundamentais para a garantia dos direitos da infância e da adolescência em seus artigos 4º e 5º:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

O ECA surge com a finalidade de substituir a primeira legislação para a infância e adolescência, o Código de Menores (1927), que apresentava uma concepção higienista e segregadora. A criança era tratada como uma responsabilidade do Estado apenas se tivesse sido abandonada ou cometido alguma infração. Na década de 80 os movimentos sociais que buscavam a garantia de Direitos para crianças e adolescentes, começaram a se fortalecer, criando a Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. O entendimento trazido pela Constituição de 88 de que a criança e o adolescente eram sujeitos de direitos, unindo-se aos crescentes movimentos sociais em devesa da infância, resultou na elaboração do Projeto do Estatuto da Criança e do Adolescente. Em Julho de 1990, baseado nos pressupostos da Convenção das Nações Unidas a respeito do Direito da Criança e do Adolescente, é promulgada a Lei n 8.069, que derruba concepções anteriores a respeito da infância e adolescência, ao revogar as Leis nº 4.513/1964 e nº 6.697/1979 (Código de Menores).

Ainda com o objetivo de garantir os direitos da criança, em 1996 é elaborada a nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9304. A Lei nº 9394/96 é baseada no princípio do direito universal à educação para todos e a principal mudança em relação à antiga LDB, Lei nº 5692/71, é a inserção da Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica. A Lei nº 9394/96, artigo 29 determina que essa modalidade de ensino tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico,

intelectual e social, estabelecendo também que a Educação Infantil não deve ter o objetivo de promover o aluno para o acesso ao Ensino Fundamental.

Após a promulgação da LBD/1996 iniciou-se um novo ciclo de debates, discussões e elaboração de trabalhos técnicos, visando não só a sua regulamentação, mas a preparação de condições para sua efetiva aplicação. Em 1998 a Câmara de Educação Nacional (CNE) instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, com o objetivo de nortear os projetos para a educação infantil. Ainda em 1998 o Ministério da Educação e do Desporto publica o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), composto de três partes: (1) Documento introdutório ao Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, (2) Formação pessoal e social e (3) Conhecimento de mundo. Este documento, divulgado pela Coordenadoria de Educação Infantil do Ministério da Educação, destina-se a qualificar os programas de educação infantil das instituições educacionais. O RCNEI levanta questões como as especificidades da criança de 0 (zero) a 6 (seis) anos de idade, as relações existentes entre o cuidar e o educar, e o direito ao brincar "como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil"

Em 2009, a Câmara Nacional de Educação do Conselho Nacional de Educação publicou o parecer nº 05/2009 em que ficam explicitados os deveres do Estado em garantir a oferta de Educação Infantil pública e de qualidade, sem requisitos de seleção. Em seu artigo 2º o parecer estabelece que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) devem estar articuladas com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNEB), que visam estabelecer bases comuns nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. O parecer nº 05/2009 ainda reúne os princípios, fundamentos e procedimentos para orientar as políticas públicas na área de elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares.

No Art. 4º das DCNEI fica estabelecido que as propostas pedagógicas para a Educação Infantil

Deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito de direitos que, nas interações, relações e prática cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2010)

O documento ainda aponta para os princípios que as propostas pedagógicas para a Educação Infantil devem respeitar, são eles: éticos, políticos e estéticos. Sendo os princípios de ética referentes à autonomia, à responsabilidade, à solidariedade e ao respeito ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades; os princípios políticos consideram os direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática; e os princípios estéticos são relativos a sensibilidade, a criatividade, a ludicidade e a liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais.

1.4 A legislação e as práticas pedagógicas

Para Veiga (1992, p. 16) a prática pedagógica é "... uma prática social orientada por objetivos, finalidades e conhecimentos, e inserida no contexto da prática social. A prática pedagógica é uma dimensão da prática social...". Entendemos que os Referenciais e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil tem como finalidade principal direcionar as propostas pedagógicas para esse nível de ensino nas creches e pré-escolas do Brasil.

A legislação que garante o Direito da criança pequena à Educação Infantil é resultado de um processo marcado pela luta de diversos movimentos sociais. A partir da conquista das leis que garantem a Educação Infantil como o primeiro nível da Educação Básica, o campo referente a essa modalidade de ensino passa por um processo de revisão de concepções sobre a educação de crianças e fortalecimento de práticas pedagógicas próprias para essa fase da infância. Além disso, surgem as discussões sobre como orientar o trabalho em creches com crianças de zero a três anos, e como assegurar práticas junto às crianças de quarto a seis anos que garantam a continuidade do processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, sem antecipar os conteúdos próprios do Ensino Fundamental.

Para orientar o trabalho realizado em creches e pré-escolas o Ministério da Educação estabeleceu o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, composto de três partes, como foi citado anteriormente neste trabalho.

No Documento introdutório, o Referencial aborda os pressupostos sobre o que é a criança, o educar, o cuidar e o brincar, apontando para a importância do brincar

no processo de ensino/aprendizagem das crianças e da necessidade do professor em auxiliar e direcionar o aprendizado

"BRINCAR contribui para a interiorização de determinados modelos de adulto, no âmbito de grupos sociais diversos. A brincadeira favorece a autoestima das crianças, auxiliando-as a superar progressivamente suas aquisições de forma criativa.

É o adulto, na figura do professor, que auxilia estruturar o campo das brincadeiras na vida das crianças. Consequentemente é ele quem organiza sua base estrutural, por meio da oferta de determinados objetos, fantasias, brinquedos ou jogos, da delimitação e arranjo e do tempo para brincar." (BRASIL, 1998)

Na parte que se refere à Formação Pessoal e Social, o RCNEI explicita a necessidade de construção da identidade e da autonomia das crianças, apontando que a busca por uma educação que se direciona para a autonomia deve considerar as "crianças como seres com vontade própria, capazes e competentes para construir, e, dentro de suas possibilidades, interferirem no meio em que vivem." Para Sonia Kramer (2006) as crianças devem ser vistas como criadoras de cultura, valorizando assim o saber que elas trazem do seu meio sociocultural de origem.

"Crianças são sujeitos sociais e históricos, marcadas, portanto, pelas contradições das sociedades em que estão inseridas. A criança não se resume a ser alguém que não é, mas que se tornará (adulto, no dia em que deixar de ser criança). Reconhecemos o que é específico da infância: seu poder de imaginação, a fantasia, a criação, a brincadeira entendida como experiência de cultura. Crianças são cidadãs, pessoas detentoras de direitos, que produzem cultura e são nela produzidas. Esse modo de ver as crianças favorece entendê-las e também ver o mundo a partir do seu ponto de vista. A infância, mais que estágio, é categoria da história: existe uma história humana porque o homem tem infância". (KRAMER, 2007 p.15)

Deborah Sayão (2002) aponta para a tendência dos adultos de exercerem uma dominação sobre as crianças, desconhecendo as como sujeitos de direitos.

Os adultos tendem a exercer uma espécie de dominação constante sobre as crianças, desconhecendo-as como sujeitos de direitos, até mesmo não reconhecendo o direito de movimentarem-se. (SAYÂO, 2002 p. 58)

O documento referente ao Conhecimento de Mundo é constituído de 6 (seis) eixos de trabalho direcionados para a construção de diferentes linguagens. Esses eixos são: Movimento, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática. O eixo tocante ao Movimento, que fica em destaque neste trabalho, aborda,

principalmente, o aspecto de desenvolvimento motor da criança, entretanto aponta para a importância que o movimentar-se constitui na expressividade de sentimentos, emoções e pensamentos, assim como na ação sobre o meio físico. Deborah Sayão (2002) afirma que tratar o movimento apenas como um meio para o aprendizado considerando-o, somente, como pertencente a um "domínio especial"- psicomotor, não é possível. A autora também expõe em seu artigo "Infância, Prática de Ensino de Educação Física e Educação Infantil" (1999) que é importante que os professores conheçam e dominem os conteúdos da psicomotricidade, porém devem estar atentos para não antecipar diagnósticos que muitas vezes são elaborados seguindo um padrão de movimento no qual as crianças não se enquadram.

Ao tratar do movimento como um eixo norteador do ensino na Educação Infantil, os RCNEI, asseguram a participação da Educação Física como prática pedagógica nesta etapa da educação básica. Pois, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais

É tarefa da Educação Física escolar garantir o acesso dos alunos às práticas da cultura corporal, contribuir para a construção de um estilo pessoal de exercê-las e oferecer instrumentos para que sejam capazes de apreciá-las criticamente. (BRASIL, 1997)

Dessa forma, entendemos que as políticas públicas para a Educação Infantil têm assegurado o direito da criança de zero a seis anos a uma educação de qualidade, pautada em seu desenvolvimento integral. Compreendemos que a Educação Física faz parte dos conteúdos obrigatórios para a Educação Infantil, considerando então, seus conhecimentos e saberes fundamentais para que a criança se desenvolva integralmente.

2 Educação Física na Educação Infantil

2.1 Introdução

"[...] a educação física na educação infantil para ser relevante e justificada, precisa auxiliar na leitura do mundo, por parte das crianças com as quais trabalha, partindo do pressuposto da construção de si mesmo [...]" (GRUPO DE ESTUDOS AMPLIADO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1996)

Entendemos que a Educação Infantil é um direito da criança pequena, e uma responsabilidade da família, do poder público e da sociedade em geral. Partindo da compreensão que a cultura corporal de movimento está inserida nos direitos da criança, buscamos refletir sobre como a Educação Física, apropriando-se desse conhecimento, se insere na Educação Infantil e justifica sua atuação nessa área.

2.2 As leis que garantem a Educação Física escolar

As Leis de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, Lei 9394/96, garantem a obrigatoriedade da Educação Física como componente curricular na educação básica, estando esta área de conhecimento integrada à proposta pedagógica da escola. Tal obrigatoriedade fica explicita também no Parecer n.376/97, de 11/6/97, do Conselho Nacional de Educação (CNE). Entendendo que a Educação Infantil está atrelada à educação básica, é garantido o direito das crianças pequenas a essa área do conhecimento. Segundo Souza e Vago (1997) o processo de inserção da Educação Física, especificamente na Educação Infantil destinada a crianças de zero a seis anos, é um avanço para o ensino da Educação Física. Ayoub (2001) citando esses autores afirma que

No entanto, sabemos que a construção de uma educação pública, democrática e de qualidade, da qual a educação física seja parte integrante, não depende exclusivamente de leis, mas também, e fundamentalmente, de políticas e ações governamentais que garantam as condições objetivas para a sua concretização. Nesse sentido, ainda temos muito o quê refletir a respeito do espaço da educação física na educação infantil. (AYOUB, 2001)

Em 1997, o Ministério da Educação e do Desporto publica os Parâmetros Curriculares Nacionais, PCN, com o objetivo de auxiliar o professor na execução do seu

trabalho, apontando para a elaboração de projetos de ensino, planos de aula e discussões a cerca da prática educativa das áreas que compõe a base nacional curricular. Porém, os PCN's, não abordaram a primeira etapa da educação básica, a Educação Infantil. Com isso, em 1998, o Ministério da Educação, divulga os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, referente às creches, entidades equivalentes e préescolas, que passa a integrar a série de documentos dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

O RCNEI é composto de três volumes, seu terceiro volume se refere ao âmbito dos Conhecimentos de Mundo, e este é composto de seis documentos que orientam a construção das diferentes linguagens pelas crianças. A Educação Física aparece sob a forma da linguagem do Movimento

O trabalho com movimento contempla a multiplicidade de funções e manifestações do ato motor, propiciando um amplo desenvolvimento de aspectos específicos da motricidade das crianças, abrangendo uma reflexão acerca das posturas corporais implicadas nas atividades cotidianas, bem como atividades voltadas para a ampliação da cultura corporal de cada criança. (BRASIL, 1998, v.3 p. 15)

Para Ferreira e Freitas (2011), o RCNEI revela que um dos eixos mais importantes na dimensão do desenvolvimento da criança e da cultura humana é o eixo do Movimento. Para as autoras o texto revela a compreensão de que a criança "expressa-se e comunica-se por meio de gestos e mímicas faciais, e interage utilizando fortemente o apoio do corpo", além de destacar o papel do movimentar-se na vida da criança desde seu nascimento. O documento critica a restrição de movimentos imposta por diversas vezes às crianças pequenas, sob o argumento de "disciplina e ordem" no ambiente escolar. Em seguida apresenta o eixo Movimento, organizado em dois blocos: o primeiro referindo-se às possibilidades expressivas do movimento e, o segundo, ao seu caráter instrumental (equilíbrio, força, coordenação, lateralidade).

Segundo o RCNEI, o bloco referente à expressividade "engloba tanto as expressões e comunicação de idéias, sensações e sentimentos pessoais como as manifestações corporais que estão relacionadas com a cultura". Neste sentido o documento cita as danças como uma das manifestações da cultura corporal que está intimamente ligada ao desenvolvimento da expressividade. (BRASIL, 1998, v.3, p. 30)

No bloco concernente ao caráter instrumental, intitulado Equilíbrio e Coordenação, o documento aponta que "As instituições devem assegurar e valorizar, em

seu cotidiano, jogos motores e brincadeiras que contemplem a progressiva coordenação dos movimentos e o equilíbrio das crianças". (BRASIL, 1998, v.3, p.35)

Ferreira e Freitas (2011) assinalam para uma "valorização das ações voltadas para o desenvolvimento de habilidades físicas nas crianças, podendo ser considerada uma visão desenvolvimentista, com foco em parâmetros referentes a capacidades motoras das crianças, em cada faixa etária, e associada à evolução biológica corporal." Sayão (1999), critica o modelo desenvolvimentista, e psicomotor, em que o movimento é usado na escola e na Educação Infantil como suporte para as aprendizagens cognitivas. Segundo a autora "o movimento, neste caso, serve de recurso pedagógico visando ao sucesso da criança em outros campos do conhecimento." Utilizando, assim, a linguagem corporal apenas como um meio, e não como um fim que se justifica pela sua relevância na formação do indivíduo.

Ayoub (2001) caracteriza a expressão corporal como uma das linguagens fundamentais a serem trabalhadas na infância, pois

A riqueza de possibilidades da linguagem corporal revela um universo a ser vivenciado, conhecido, desfrutado, com prazer e alegria. Criança é quase sinônimo de movimento; movimentando-se ela se descobre, descobre o outro, descobre o mundo à sua volta e suas múltiplas linguagens. Criança é quase sinônimo de brincar; brincando ela se descobre, descobre o outro, descobre o mundo à sua volta e suas múltiplas linguagens. Descobrir, descobrir-se. Descobrir, tirar a cobertura, mostrar, mostrar-se, decifrar... Alfabetizar-se nas múltiplas linguagens do mundo e da sua cultura. (AYOUB,2001)

A autora, citando o Grupo de Estudos Ampliado da Educação Física (1996), afirma que "A contribuição da educação física na educação infantil, (...) para ser relevante e justificada, precisa auxiliar na leitura do mundo, por parte das crianças com as quais trabalha, partindo do pressuposto da construção de si mesmo, no decorrer desse processo de 'alfabetização'".

2.3 O papel da Educação Física na Educação Infantil

"A educação física na educação infantil pode configurar-se como um espaço em que a criança brinque com a linguagem corporal, com o corpo, com o movimento, alfabetizando-se nessa linguagem." (AYOUB, 2001)

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, a Educação Física apropriou-se em seus conteúdos das produções da cultura corporal, entendidas como: as

danças, as lutas, os esportes, os jogos e as ginásticas. Para Carolina Picchetti (2007) a cultura corporal pode ser definida de duas formas, não excludentes. A primeira trata tal conceito "como sendo uma parcela da cultura geral; tratando-se, assim, de conhecimentos materiais e não materiais que foram produzidos e acumulados historicamente". A segunda aponta para os cinco eixos de conhecimento que compõe a cultura corporal: o jogo, o esporte, a dança, a ginástica e a luta, que seriam a expressão concreta das produções culturais.

O Coletivo de autores (1992), sob o enfoque da cultura corporal, define a Educação Física escolar

A Educação Física é uma disciplina que trata, pedagogicamente, na escola, do conhecimento de uma área denominada aqui de cultura corporal. Ela será configurada com temas ou formas de atividades, particularmente corporais, como as nomeadas anteriormente: jogo, esporte, ginástica, dança ou outras, que constituirão seu conteúdo. O estudo desse conhecimento visa apreender a expressão corporal como linguagem.

Bracht (1999) aponta para o campo da Educação Física como sendo o responsável acadêmico pela teorização da prática pedagógica que se propõe a tematizar as manifestações da cultura corporal de movimento. Com isso Betti (2007), afirma que o "objeto da Educação Física seria, então, o saber específico de que trata essa prática, qual seja, a cultura corporal de movimento". Bracht (2005) afirma que os termos "cultura corporal" e "cultura de movimento" conseguem embasar uma nova construção do objeto da Educação Física, porém o autor explicita sua preferência pela expressão "cultura corporal de movimento", pois "a palavra "corporal", por si só, não contempla a especificidade da Educação Física, pois seria uma redundância já que toda cultura é corporal. Já a expressão "movimento", sem uma reflexão aprofundada, poderia gerar a ideia de um objeto mecanicista e descontextualizado".

De acordo com Silva (2005) a Educação Infantil vem passando por um processo que desafia sua intervenção pedagógica a compreender a criança como um sujeito histórico. Para Ayoub (2005) as crianças "são seres históricos que se constituem nas relações sociais e a dimensão sócio-histórica dos conhecimentos precisa ser considerada nas práticas educativas". Assim, a Educação Infantil passa a ocupar um espaço na sociedade na busca da construção de novos conhecimentos que permitam a interação da criança com as pessoas e com o mundo dos fatos socioculturais. (SILVA, 2005)

Nesse contexto nos deparamos com a Pedagogia da Educação Infantil, para a qual "é preciso construir a especificidade do trabalho pedagógico voltado às necessidades e interesses das crianças de 0 a 6 anos."(SAYÃO, 2002). Ayoub (2005) ressalta que uma das preocupações em torno da Educação Física na Educação Infantil é o perigo da escolarização dessa etapa da educação básica, fragmentando o conhecimento nessa etapa. Sayão (2000) afirma que

A questão não está no fato de vários profissionais atuarem no currículo da educação Infantil. O problema está nas concepções de trabalho pedagógico desses/as profissionais que, geralmente, fragmentam as funções de uns/as e de outros/as isolando-se em seus próprios campos. (SAYÃO, 2000)

Dessa forma, Ayoub (2005) aponta para o risco de transformar a linguagem corporal uma "propriedade" da Educação Física, pois embora essa seja sua especificidade torná-la exclusiva da Educação Física, poderia reforçar a compartimentalização dos saberes na Educação Infantil.

Garanhani (2008) cita Bassedas, Huguet e Solé (1999), que afirmam que

Na educação infantil, não se propõe os mesmos objetivos em todas as linguagens: em algumas, o objetivo será incentivar e otimizar aprendizagens já iniciadas; em outras, poder-se-á iniciar pela primeira vez ou de uma maneira diferente da que a criança já estava acostumada. É, portanto, imprescindível fazer um esforço na creche e na pré-escola para trabalhar tudo o que ajude a criança a dispor de ferramentas que lhe permitam começar a torna-se um indivíduo da sociedade (BASSEDAS; HUGUET; SOLE, 1999, p. 75-76)

Assim, a construção dos conhecimentos e do desenvolvimento das diferentes linguagens na Educação Infantil, deve estar associada pedagogicamente e privilegiar diversas formas de interação e comunicação da criança com o meio e com o seu grupo. (GARANHANI, 2008. p. 129).

Sayão (2002) assinala para as interações que ocorrem entre as crianças e os adultos na Pedagogia da Educação Infantil. Com isso, a autora expõe que "para pensar a Educação Física no âmbito do trabalho pedagógico com crianças de pouca idade, faz-se necessário articularmos diferentes áreas do conhecimento e diferentes profissionais."

Soares (2002) defende que quando compreendermos a Educação Infantil como tempo e espaço de construção, participação e produção, da criança pequena, no meio sócio-histórico, estaremos compreendendo o papel da Educação Física na

"construção dos saberes e, consequentemente, como componente curricular na Educação Infantil." A autora ainda reforça a necessidade de pensarmos a infância "como um tempo de direitos, reconhecendo que a criança tem o direito às vivências, às experiências e ao conhecimento em suas muitas dimensões." (SOARES, 2002). Assim, Freire (1989) afirma que o período da infância é constituído de um momento de atividades muito intensas em que os movimentos corporais ocupam quase todo o tempo da criança.

Dentre os movimentos corporais dessa etapa da vida destacamos o brincar, que faz parte da cultura infantil, e está inserido nos conteúdos da cultura corporal de movimento.

2.4 A prática da Educação Física

O Brincar

Gisela Wajskop (1995) aponta que, com base nas ideias de Platão e Aristóteles, desde os primórdios da educação Greco-romana a brincadeira é utilizada como forma de ensino. A autora também demarca que apenas com a ruptura do pensamento romântico a brincadeira passa a ser valorizada na educação da criança pequena, pois anteriormente o brincar era considerado apenas como "fuga ou recreação e a imagem social da infância não permitia a aceitação de um comportamento infantil, espontâneo, que pudesse significar algum valor em si." (WAJSKOP, 1995, p. 19)

A partir dessa ruptura, a brincadeira passa então, a fazer parte do cotidiano da educação infantil, com uma valorização baseada em ideais de proteção da infância, utilizando o brinquedo apenas como divertimento, apoiando-se no mito de que o brincar é um comportamento natural da criança, e está desprovido de razão e desvinculado do contexto social. (WAJSKOP, 1995, p. 20)

Contrapondo a idéia da brincadeira como algo inerente à criança pequena, Gisela Wajskop (1995) apresenta como argumentos a influência da cultura na formação da criança, estabelecendo que a forma com que cada criança brinca está vinculada à interação sócio-cultural da mesma. Sendo assim, a brincadeira é o resultado de relações interindividuais da cultura. "A brincadeira pressupõe uma aprendizagem social. Aprende-se a brincar". Segundo Vygotsky (1989), é por intermédio do brincar que a

criança compreende seu grupo e sua cultura, constrói significados e elabora interpretações das diversas realidades.

Para o autor, citado por Pavezi e Lima (2012), o brinquedo é considerado o principal meio de desenvolvimento cultural na infância. É através do ato de brincar que a criança incorpora experiências culturais e sociais. Por meio da brincadeira a criança é capaz de se apropriar do mundo concreto dos objetos humanos quando reproduz as ações realizadas por adultos com esses objetos (LEONTIEV, 2001). O brinquedo oferece uma situação de transição entre a ação da criança com objetos concretos e suas ações com significado (OLIVEIRA, 1997).

Segundo Rego (1996), Vygotsky dedica-se mais especialmente a brincadeira de "faz-de-conta", que é característica nas crianças que aprendem a falar e que, com isso, adquirem a capacidade de "representar simbolicamente e de se envolver em situações imaginárias". Rodrigues (2009) aponta que "a brincadeira de "faz-de-conta" estimula a capacidade da criança de respeitar regras que valerá não só para a brincadeira, mas também para a vida. Ela também ativa a criatividade, pois através da escolha dos papéis terá que reproduzir e criar a representação na brincadeira."

"No brinquedo a criança sempre se comporta além do comportamento habitual de sua idade, além de seu comportamento diário; no brinquedo é como se ela fosse maior do que na realidade. Como no foco de uma lente de aumento o brinquedo contém todas as tendências do desenvolvimento sob forma condensada, sendo ele mesmo, uma grande fonte de desenvolvimento." (VYGOTSKY, 1989, p.117)

Para Rego (1996), Vygotsky afirma que é através do brinquedo, que "a criança aprende a atuar numa esfera cognitiva que depende de motivações internas." Pavezi e Lima (2012), explicitam que, segundo o mesmo autor,

a criança assume e ensaia papéis e valores correspondentes às atividades dos adultos de seu meio cultural, antecipando seu desenvolvimento no que se refere à aquisição de motivação, habilidades e atitudes que serão necessárias à sua participação social. [...] O uso da imaginação e do brinquedo também contribui na expansão das habilidades conceituais da criança que espontaneamente separa o *significado* do *objeto*, atingindo assim uma definição funcional de conceitos e de objetos. (PAVEZI e LIMA, 2012)

Segundo Galvão (1996) "para Wallon, a imitação é uma forma de atividade que revela, de maneira incontestável, as origens motoras do ato mental". Com isso, a

autora afirma que no "faz-de-conta" torna-se mais clara a compreensão da origem corporal da representação. O brinquedo passa então, a oferecer uma situação de "transição entre a ação da criança com objetos concretos e suas ações com significado". (OLIVEIRA, 1997). Para Ferreira (2004), "brincar é parte integrante da vida social e é um processo interpretativo com uma textura complexa, onde fazer realidade requer negociações do significado conduzidas pelo corpo e pela linguagem".

A autora Deborah Sayão (2002) afirma que a brincadeira deve ser entendida como o principal eixo de trabalho pedagógico e como linguagem característica na infância, perpassando todos os momentos do ensino. Para Sayão (1999)

"o currículo da Educação Infantil deve contemplar as formas de manifestação características da criança de zero a seis anos de idade, privilegiando as diferentes linguagens que se externam através da oralidade, dramaticidade, leitura, escrita, musicalidade, corporeidade, gestualidade... Estas formas de expressão, vividas e percebidas pelo brincar, representam a totalidade do "ser criança" e precisariam estar garantidas na organização curricular da sua educação." (SAYÃO, 1999, p. 234)

De acordo com Ayoub (2001), a Educação Física na Educação Infantil deve configurar-se como um tempo em que a criança brinque com a linguagem corporal, com o corpo e com o movimento. Nessa perspectiva, entende-se que "brincar com a linguagem corporal significa criar situações nas quais as crianças entrem em contato com diferentes manifestações da linguagem corporal." (AYOUB, 2001, p. 57)

Para Garanhani (2008) o profissional responsável pelo trabalho pedagógico do movimento na Educação Infantil, é o professor de Educação Física. Segundo a autora este profissional terá a função de

"desenvolver trabalhos em projetos interdisciplinares, na organização de ambientes de aprendizagem, seleção de materiais educativos, no planejamento de atividades pedagógicas e, consequentemente, na elaboração de propostas curriculares que valorizem o movimento da criança como uma capacidade expressiva e intencional" (GARANHANI, 2008, p. 134)

Dessa forma, o brincar se manifesta como princípio pedagógico da Educação Física, pois é na brincadeira "que a criança adapta a sua condição físicomotora e a do objeto e/ou situação às condições exigidas pela ação e, consequentemente, consegue experimentar, explorar e compreender os significados do meio." (GARANHANI, 2008, p. 136)

"Ao brincar em atividades que proporcionem vivências de movimentos de seu corpo, a criança desenvolve aspectos físico-motores e, ao mesmo tempo, tem a possibilidade de entender os significados de sua movimentação. Pode compreender, também, que os movimentos que envolvem possibilidades de deslocamento do corpo (caminhar, correr, saltas, rolar, etc.), manipulação de objetos (lançar, tocar, pegar, arremessar, etc.) e equilíbrio (girar, balançar, agachar, etc.) se configuram em diversas práticas [...]" (GARANHANI, 2008, p. 136)

Compreendemos que a Educação Infantil é um direito da criança pequena às diversas praticas e conhecimentos da cultura corporal de movimento. E, reconhecendo que a Educação Física trata na instituição escolar, dos conteúdos da cultura corporal de movimento, entendemos a importância dessa área de ensino na educação de zero a seis anos. Com isso, buscamos perceber nas políticas públicas para a Educação Infantil, como a Educação Física tem ocupado seu espaço na formação integral da criança pequena.

3 Propostas de Ensino na Educação Infantil

3.1 Introdução

"A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação teoria prática sem a qual a teoria pode ir virando blablablá e a prática ativismo". (Paulo Freire, 1996)

A partir dos estudos da área da Educação Física e da Educação Infantil, busca-se compreender qual o papel que a Educação Física tem exercido nos municípios de Florianópolis/SC e Vitória/ES, através de suas propostas de ensino para a Educação Infantil. Tais municípios foram apontados por já manterem em suas instituições de ensino licenciados em Educação Física desde 1982 e 1992 (Florianópolis e Vitória, respectivamente).

3.2 Município de Florianópolis/SC

As Diretrizes Educacionais Pedagógicas para a Educação Infantil (2010), do município de Florianópolis/SC, buscam orientar a prática docente no ensino da criança pequena, referindo-se, especialmente, "a função social da Educação Infantil, aos núcleos de ação pedagógica e às implicações desses aspectos para uma definição do caráter da docência". Nesse sentido, o documento reafirma a importância da Educação Infantil como primeira etapa da educação básica, e aponta para a função desse nível de ensino que deve sustentar-se "no respeito aos direitos fundamentais das crianças e na garantia de uma formação integral orientada para as diferentes dimensões humanas (lingüística, intelectual, expressiva, emocional, corporal, social e cultural)" (ROCHA, 2010).

O documento defende a consolidação de uma Pedagogia da Infância, que trata as crianças como seres humanos concretos e reais, pertencentes a diferentes contextos sociais e culturais e que por tanto produzem um conhecimento específico. (ROCHA, 2010).

Segundo Barbosa (2010) a Pedagogia da Infância

Constitui-se de um conjunto de fundamentos e indicações de ação pedagógica que tem como referência as crianças e as múltiplas concepções de infância em diferentes espaços educacionais. Essa perspectiva pedagógica consolidase, na contemporaneidade, a partir de uma crítica histórica, política,

sociológica e antropológica aos conceitos de criança e infância. (BARBOSA, 2010)

As Diretrizes criticam a antecipação da escolarização durante a Educação Infantil, defendendo que o conhecimento não deve ser fragmentado nessa etapa do ensino. Porém, baseiam-se na psicologia histórico-social de L.S Vygotsky, e apontam que a formação intelectual e a apropriação cognitiva de outros saberes, não devem ser negadas as crianças nessa fase da educação.

À medida que amplia seu olhar ao mundo que a rodeia, o interesse da criança se expande dos objetos em si para sua formação social. A imitação dos adultos em suas relações sociais é o objeto do faz-de-conta que se constitui como atividade principal da criança até próximo dos seis anos. Nessa atividade lúdica - não produtiva - são exercitadas funções importantes em processo de desenvolvimento na criança como a memória, a imaginação, o pensamento, a linguagem oral, a atenção a função simbólica da consciência. Ao se colocar no lugar do outro – adulto que busca representar- é levada a expressar seu comportamento num nível mais elevado de exigência social. Com isso, exercita e aprende, pouco a pouco, a controlar sua vontade e conduta. No faz-de-conta, portanto, amplia seu conhecimento do mundo, organiza e reorganiza seu pensamento, interpreta e compreende os diferentes papéis sociais que percebe na sociedade que conhece. (MELLO, 2007, p.97)

No que se refere à Educação Física, o Documento aponta para o "corpo em movimento na Educação Infantil: a cultura corporal e os conteúdos/ linguagens". Há uma preocupação em contextualizar o corpo na sociedade, e os atravessamentos causados por essa relação "diante dessa questão penso que no corpo das crianças, nas creches e fora dela, no âmbito das diferentes classes sociais, de algum modo estão reverberados a 'cosmologia', os valores, as marcas, as práticas, enfim, o ethos da sociedade na qual vivemos" (SILVA, 2010). Baseada na teoria Walloniana, as Diretrizes defendem que a expressão cultural deve se manifestar de forma criativa e critica, constituindo um elemento primordial que contribui para o pensamento da criança, e contrapõe a ideia de que o movimento seja apenas mecânico e neurológico.

Para Wallon (apud. GALVÃO, 1995), citado por Silva (2010, p. 147)

O corpo e o movimento, ou seja, o corpo em movimento é de natureza social, cultural, biológica, e histórica, pois é por intermédio desta simbiose dialética que é construído o desenvolvimento das crianças pequenas, que se dá, portanto, na dimensão espaço-temporal e histórico social. O desenvolvimento ocorre num processo contínuo e descontínuo, provocando e detonando a complexa maturação do sistema nervoso da criança, tendo em vista o seu acabamento e formação individual, tendo como função um misto das relações e correlações entre ação e a sua representação. Neste limiar, o movimento

que é a abstração pensada e o pensamento é o resultado das relações entre o biológico e o social (GALVÃO, 1995).

O Documento busca explicitar, também, a importância da cultura corporal de movimento (COLETIVO DE AUTORES, 1992) na formação da criança pequena. Sendo, a cultura corporal de movimento, compreendida como o objeto de estudo que agrega as diversas formas de expressão e representação que o homem tem produzido e desenvolvido durante a história, e que se manifesta através dos jogos, das danças, das ginásticas, dos esportes, do circo e demais formas de linguagem corporal. (SILVA, 2010).

Nesse sentido, entendemos que a Educação Física inserida na Educação Infantil no município de Florianópolis/SC, preocupa-se com a ampliação do conhecimento e dos saberes da criança, e com isso busca proporcionar-lhe meios para que haja uma apropriação critica da cultura sistematizada pelo homem. E, através da brincadeira estimular a autonomia, a criatividade e a solidariedade. (VIEIRA e MEDEIROS, 2007, p.59).

3.3 Município de Vitória/ES

O Documento Norteador Para a Educação Infantil no Município de Vitoria/ES (2006) tem inicialmente, o objetivo de reformular a Proposta Curricular para a Educação Infantil elaborada no período de 1989 a 1992. Porém, devido às diferentes demandas que emergem durante o passar dos anos, surge à necessidade da criação de uma nova proposta, com um "novo olhar". Para isso, a proposta "Educação Infantil no Município de Vitória: Um novo Olhar" foi elaborado com a participação de todos os envolvidos no cotidiano da educação infantil, a saber, professores, diretores, pedagogos, estagiários, crianças, pais, auxiliares administrativos, agentes de segurança, merendeiras e auxiliares de serviços gerais.

A Educação Infantil no município de Vitória/SC reforça o papel da criança como um sujeito de direitos e afirma que "o trabalho pedagógico deve fortalecer a experiência da criança como sujeito histórico e produtor de cultura em todos os tempos e espaços da instituição". (EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA: UM NOVO OLHAR, 2006). A partir dessa visão de infância a Prefeitura de Vitória/SC,

desenvolve um capítulo referente ao cuidar e ao educar na Educação Infantil. Segundo Sayão (1996)

A concepção do "cuidado e educação" faz sentido por entender que é preciso cuidar das crianças que ainda são dependentes do adulto no que diz respeito a cuidados básicos (...). É preciso, também, "educar" essas crianças porque são cidadãs e não podem ser privadas do direito inquestionável de terem acesso ao conhecimento, socialmente produzido e expresso pela cultura. (SAYÃO, 1996)

A proposta afirma que não deve haver uma separação e uma hierarquização entre o cuidar e o educar, pois esses dois conceitos caminham juntos na Educação Infantil.

A proposta ressalta também, a importância do trabalho coletivo, explicitando a necessidade de que haja uma interação entre todos os profissionais que atuam na formação da criança pequena nas instituições de Educação Infantil, e que cada profissional pense sua prática inserida em um projeto maior, relacionado com outros conhecimentos, para que não haja uma hierarquização do saber.

O Documento coloca o brincar em evidência, e aborda a necessidade de que haja uma valorização da brincadeira na Educação Infantil, de forma que essa não seja tratada apenas como um meio. E, em uma perspectiva de atuação propõe: "Reconhecer as brincadeiras como um espaço onde as crianças expressam sua sexualidade, lida com seus impulsos agressivos, produzem cultura e representam simbolicamente o mundo que as cercam." (EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA: UM NOVO OLHAR, 2006)

Quando se trata da Educação Física, a proposta apresenta em seu capítulo referente, a clara influência da visão da criança como um sujeito histórico e cultural que acrescenta sentidos históricos, sociais e culturais, além das perspectivas desenvolvimentistas e da psicomotricidade, dando significado para o conhecimento da Educação Física que é transmitido com e pelas crianças. (SABATUCCI, 2011)

Outro aspecto importante no projeto de Vitória/ES encontra-se na valorização da Educação Física como componente curricular para a Educação Infantil, não só pela sua obrigatoriedade legal, mas pela relevância de sua especificidade

"A inclusão da Educação Física como componente curricular da educação básica integrada à proposta pedagógica (LDB/96), não deve ser compreendida como um apêndice ou uma realidade estranha às diferentes práticas educativas dos CMEIs. A identidade da Educação Física precisa se afirmar como uma prática cultural portadora de conhecimentos que só têm

sentido quando articulada a outros saberes e outros fazeres presentes no contexto da Educação Infantil. (EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA: UM NOVO OLHAR, 2006, p. 8)

Sobre a presença da Educação Física, Sabatucci (2011) explicita

A presença da Educação Física na rede municipal de Vitória contribui para qualificar as experiências de movimento corporal das crianças, pois com a presença desse profissional "especializado" acabou, ou pelo menos diminuiu, a prática espontaneísta por parte das profissionais não qualificadas para o trato com a cultura corporal de movimento das crianças, ou seja, qualifica o conhecimento a ser transmitido e dando mais subsídios para que a criança, através das práticas corporais, valores e conceitos apresentados, possam qualificar também sua linguagem corporal, fonte e processo de significação do mundo. (SABATUCCI, 2011)

Com isso, em uma perspectiva de atuação o documento propõe que a Educação Física deve garantir o reconhecimento da linguagem corporal e ampliar as possibilidades expressivas do corpo em todos os tempo e espaços além de favorecer vivências que possibilitem todas as crianças, independentes de suas condições físicas e cognitivas, manifestarem - se corporalmente em situações de jogos, brincadeiras, dramatizações, enfim, a partir de diferentes formas de representação do mundo.

Considerações Finais

A Educação Infantil tem sido um tema de diferentes estudos devido a sua complexidade e especificidade, tanto no que se refere a sua história de inserção no ensino básico, quanto nas peculiaridades que envolvem o ensino da criança pequena.

No decorrer desse trabalho podemos perceber a preocupação, mesmo que recente, com a educação e o cuidado com a criança de zero a seis anos, que se manifesta por meio de diversas leis que orientam e determinam a prática de atuação dos profissionais da área.

Com base no exposto, percebemos a necessidade de que o ensino na Educação Infantil não aconteça de forma fragmentada, evitando que haja uma hierarquização dos saberes nessa fase de ensino. Pois, segundo os estudos apontados nesse trabalho a criança é um ser único, completo e indivisível, e por tanto seu ensino deve abordar todos os aspectos do conhecimento de forma integral.

Sabe-se que a Educação Física é um componente curricular obrigatório na educação básica nacional, e com isso sua inserção na Educação Infantil está garantida, quando sua prática está atrelada ao projeto político pedagógico da instituição. Dessa forma, a Educação Física na Educação Infantil deve agir de forma a transmitir seus conteúdos e suas especificidades estando essas inseridas em um projeto maior, que agregue todas as áreas do conhecimento necessárias para a formação integral da criança pequena. Compreendemos que os conhecimentos e especificidades da Educação Física se confundem com a cultura corporal de movimento, que integram as diversas formas de cultura produzidas no decorrer do tempo pela humanidade.

A partir das especificidades da criança e da Educação Física, assumimos que o brincar é fator primordial na educação durante a infância. E baseado em teóricos da área da psicologia histórico-social e desenvolvimentista podemos compreender que a brincadeira não é apenas um meio para o aprendizado, e sim o aprendizado em si. A brincadeira oportuniza a transformação significativa da consciência infantil, por exigir das crianças formas mais complexas de interação com o mundo.

A partir desses conhecimentos, entendemos que as propostas de ensino para a Educação Infantil dos municípios de Florianópolis/SC e Vitória/ES assumem o compromisso de inserir o professor de Educação Física na educação da criança pequena em suas instituições de ensino. Os dois municípios recorrem ao brincar como um de

seus principais fundamentos de ensino na infância, e apontam para a criança como um sujeito de direitos portador de uma cultura própria, produzindo assim conhecimentos específicos. Da mesma forma, nas duas propostas aparece o conceito da cultura corporal de movimento como uma característica da Educação Física, e valorizam a atuação do profissional da área com seus conhecimentos e saberes específicos, que são necessários para a formação da criança na primeira etapa da educação básica.

A partir desse trabalho, concluímos que a prática da Educação Física é muito importante na formação integral da criança pequena, pois agrega ao ensino infantil especificidades que são pertencentes à área e, que agregadas aos demais conhecimentos que envolvem a Educação Infantil, formam um indivíduo cidadão e critico para atuar na sociedade.

REFERÊNCIAS

ÁRIÈS, P. *História Social da Infância e da Família*. Tradução de: D. Flaksman. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

AYOUB, E. Narrando Experiências com a Educação Física na Educação Infantil, *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 6, n. 3, p. 143-158, maio 2005.

AYOUB, E. Reflexões sobre a educação física na educação infantil. *Revista Paulista de Educação Física*. São Paulo, supl. 4, p. 53-60, 2001.

BRACHT, V. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. Caderno CEDES: *Corpo e Educação*, n.48, 1999.

BRACHT, V. A prática pedagógica da educação física: conhecimento e especificidade. In: *Educação física & ciência: cenas de um casamento (in)feliz*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1999. p. 41-54

BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Ministério da Educação, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental, Coordenação Geral de Educação Infantil, *Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, Conhecimento de Mundo, v. 3, Brasília-DF, 1998.*

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC, SEF, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica*. – Brasília: MEC, SEB, 2010. 36 p

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do ensino da educação física. São Paulo: Cortez, 1992.

DIRETRIZES EDUCACIONAIS PEDAGÓGICAS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL. *Prefeitura Municipal de Florianópolis*. Secretaria Municipal de Educação. Florianópolis: Prelo Gráfica & Editora ltda, 2010. 205 p.

EDUCAÇÃO, Secretaria Municipal de Educação Infantil: *um outro olhar*/Secretaria Municipal de Educação/Gerência de Educação Infantil, Vitória (ES): Multiplicidade, 2006. 104 p.

FARIA FILHO, L.M. A legislação como fonte para a história da educação: uma tentativa de interpretação. In: FARIA FILHO. L.M (org). *Educação, modernidade e civilização*. Belo Horizonte, 1998.

FARIA FILHO, L.M, et. al. A cultura escolar como categoria da análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. Educação e Pesquisa. 2004.

FILHO, N. F. A, SCHNEIDER, O. Educação Física para a Educação Infantil: *Conhecimento e especificidade*. São Cristóvão: Editora UFS, 2008.

FREIRE, João Batista. Educação de corpo inteiro: *teoria e prática na educação física*. São Paulo: Scipione, 1989.

GALVÃO, I. Henri Wallon. Uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. Petrópolis: Ed Vozes, 1995.

GRUPO DE ESTUDOS AMPLIADO DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Diretrizes curriculares para a educação física no ensino fundamental e na educação infantil da rede municipal de Florianópolis-SC: *registro da parceria NEPEF/UFSCSME/ Florianópolis,* 1993 a 1996. Florianópolis, NEPEF/UFSC-SME, 1996.

MELLO,S.A. Infância e humanização: algumas considerações na perspectiva histórico cultura. Perspectiva. Revista do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Catarima. V. 25. N.1. jan/jun. 2007.

OLIVEIRA, Z. M. R. de. O desenvolvimento humano é uma tarefa conjunta e recíproca. *In:* Educação infantil: Fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

PAVEZZI. M, LIMA. L.S. O papel da brincadeira e do brinquedo no desenvolvimento e aprendizagem da criança. IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "história, sociedade e educação no Brasil". Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2012. Disponível em: www.histedbr.fae.unicamp.br. Acesso: 26 de Novembro de 2013.

- SAYÃO, D. T. Infância, Prática de Ensino de Educação Física e Educação Infantil. In: *Educação do corpo e formação de professores: reflexões sobre a Prática de Ensino de Educação Física.* Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 1999.
- SAYÃO, D. T. Corpo e Movimento: Notas para problematizar algumas questões relacionadas à Educação Infantil e à Educação Física, *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, v. 23, n. 2, p. 55-67, jan. 2002.
- SAYÃO, D.T. Educação física na educação infantil: *riscos, conflitos e controvérsias*. Motrivivência,v.11, n.13, p.221-38, 1999.
- SILVA, I.R. *O processo de constituição de políticas púplicas de educação infantil em Belo Horizonte 1983 a 2000*. 2002. 223 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais/ Faculdade de Educação. Belo Horizonte, 10 de Julho de 2002.
- SOUSA, E.S.; VAGO, T.M. O ensino de educação física em face da nova LDB. In: *Colégio brasileiro de ciências do esporte*, org. Educação física escolar frente à LDB e aos PCNs: profissionais analisam renovações, modismos e interesses. Ijuí, Sedigraf, 1997. p.121-41.
- VEIGA, I. P. A. A prática pedagógica do professor de Didática. 2. Ed. Campinas, Papirus, 1992.
- VIGOTSKYI, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes. 4º Ed. 1991.
- WAJSKOP, G. Brincar na pré-escola. *Coleção: questões na nossa época; v. 48.* São Paulo: Cortez, 1995.